



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta e oito minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Carvalho & Gama, Lda. – Pedido de cedência de espaço – Ratificação de despacho
- 1.2. Fábrica da Igreja do Coentral – Pedido de cedência de transporte – Ratificação de despacho
- 1.3. Festas do Senhor 2018 – Ratificação de despacho
- 1.4. Sandra Cristina Almeida Carvalho – Licença especial de ruído – Ratificação de despacho
- 1.5. António Antunes – Autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício – Ratificação de despacho
- 1.6. Comissão de Festas de Nossa Senhora do Bom Sucesso – Pedido de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.7. Empathy Voices, Lda. – Pedido de ocupação da via pública

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018 – Ratificação de despacho
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2018 – Ratificação de despacho

3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas

- 3.1. Consumidor com o Código Cliente n.º 10196 – Pedido de restituição de valor faturado em excesso

4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

- 4.1. Obra particular
- 4.2. Pedidos de confirmação do estado de ruína de imóveis



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

4.3. Propriedade horizontal da Villa Praia – Alteração

4.4. Pedido de autorização para ocupação subterrânea da via pública

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.ºs 13/2018 e 14/2018, respeitantes às reuniões de 13 de julho e de 27 de julho, respetivamente, com algumas das sugestões de alteração propostas pelos Srs. Vereadores Gonçalo Lopes e António Antunes introduzidas.

Atendendo ao facto de os Srs. Vereadores do PS ainda não se terem deslocado ao Município para ouvir as gravações das referidas reuniões, conforme é sua pretensão, a Sra. Presidente perguntou se preferiam que a votação das atas fosse adiada para a próxima reunião de Câmara.

Os Srs. Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes transmitiram que, de facto, não tiveram disponibilidade de horário para virem à Câmara Municipal ouvir as gravações das reuniões e no caso de não haver inconveniente, agradeciam que a votação fosse adiada para a próxima reunião de Câmara.

Nesta senda foi decidido que a votação das atas ficasse adiada para a próxima reunião de câmara, tendo a Sra. Presidente passado ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 19/08/2018, o Sport Castanheira de Pera e Benfica veio informar que no dia 5 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Ordinária, foram eleitos os novos órgãos sociais da associação para o biénio 2018-2020, dando ainda conta dos elementos que passaram a integrar os referidos órgãos.
- Através de e-mail de 17/08/2018, o Tribunal de Contas – Direção Geral – Departamento de Controlo Prévio, veio informar que a aquisição de imóveis do processo de insolvência da Fábrica Barros III – Indústria de Lanifícios foi considerado tacitamente visado. O assunto encontra-se em análise.
- Através de e-mail de 17/08/2018, veio a DGAL de acordo com as orientações da tutela e no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, elencar um conjunto de informações que as autarquias deverão ter em conta.
- Através de e-mail rececionado em 29/08/2018, a STAL enviou a sua circular n.º 40/C de 24/08/2018 na qual exorta as autarquias locais a rejeitar as novas competências. Nessa circular refere a publicação no passado dia 16 de agosto de um conjunto de alterações à Lei das Finanças Locais e à Lei-quadro de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais, através das Leis n.ºs 51/2018 e 50/2018, respetivamente, as quais considera resultarem de um acordo de descentralização que o PS e o PSD aprovaram na Assembleia da República, sem qualquer debate sério, e elenca um conjunto de matérias que considera não terem sido devidamente analisadas e salvaguardadas, exige a suspensão deste processo apelando aos autarcas que até 15 de setembro rejeitem essa transferência “*em moldes apressados*” e que, em conjunto com os trabalhadores e população, se empenhem na construção de um processo de descentralização que contribua para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade e condições de vida dos trabalhadores e das populações.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Continuando, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:

- Proc.º 1732/2018 – CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Projeto de Arquitetura referente à Ampliação/Alteração do CAO – em 27 de agosto de 2018 foi proferido o Despacho n.º 26/SPOPU/2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente informação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura.

Tomado conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente, referindo-se ao último ponto da informação, esclareceu que a DGAL veio posteriormente dar conta que até ao dia 15 de setembro não estão reunidas as condições para que os Municípios possam tomar a decisão em causa, pelo que a apontada dada é meramente indicativa.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para propor um voto de pesar pelo falecimento da mãe da Sra. Vice-Presidente do anterior executivo, Dra. Ana Paula Neves, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente começou por ler um comunicado rececionado no Município no passado dia 24 de agosto, que foi tornado público através dos meios de comunicação social pelos Srs. Vereadores da Bancada do PS.

Finda a leitura, a Sra. Presidente referiu não entender qual o objetivo do comunicado perante o Município, até porque foi aprovada por unanimidade a ata n.º 1/2018, onde consta uma deliberação que faz referência ao destino dos fundos depositados nas contas solidárias abertas pelo Município, associadas ao incêndio de 17 de junho de 2017, tendo os mesmos, conforme deliberado, sido entregues ao Fundo Revita, e que não lhe cabe a ela, enquanto Presidente, aferir o destino das



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

verbas geridas pela Santa Casa da Misericórdia e pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários pois essa é uma responsabilidade de cada uma das instituições.

Mais disse que, desde que o atual Executivo tomou posse, os donativos têm sido geridos com a máxima transparência.

Acrescentou ainda que, tendo em conta a vulnerabilidade do assunto, o mesmo deveria ter sido primeiro discutido em sede de reunião de Câmara e posteriormente, se assim o entendessem, torná-lo público.

Prosseguindo, esclareceu que grande parte das decisões no âmbito do incêndio de junho de 2017 foram tomadas até outubro, não considerando que as mesmas sejam da responsabilidade do atual Executivo, dando como exemplo o projeto Médicos do Mundo em que a gestão dos bens esteve sobre a responsabilidade dos mesmos desde 20 de junho do ano passado.

Terminou dizendo que ficou desagradada e desmotivada com “*uma posição destas*”.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concordou com alguns aspetos salientados pela Sra. Presidente, salientando, contudo, que, na sua opinião, mais importante do que aquilo que foi aqui dito sobre o assunto, é que “*todos merecemos saber*”.

Em jeito de esclarecimento informou que o comunicado foi enviado em primeiro lugar à Sra. Presidente, e só depois à comunicação social não havendo aqui uma segunda intenção, até porque no mesmo nunca foi feito qualquer tipo de acusação.

Continuando, deu conta que o objetivo principal do comunicado, visou precisamente o contrário da opinião ora expressa pela Sra. Presidente, pois aqui o que se pretende é evitar que “*todos nós, inclusivamente a Sra, sejamos postos precisamente neste lamaçal*”, salvaguardando para que isso não aconteça.

Mais referiu que também entende que a Sra. Presidente não tem poderes para chegar junto da Direção da Associação Humanitária e impor-lhes a publicação dos donativos, importando aqui que o Município exorte todas as entidades envolvidas na gestão e na coordenação das ajudas após os incêndios para que venham a público demonstrar efetivamente que não há margem para dúvidas.

Interrompendo a Sra. Presidente perguntou porque é que, da mesma forma que a questionaram e lhe fazem esta chamada de atenção, não o fizeram diretamente às instituições em causa.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, em sua opinião, a Câmara Municipal tem legitimidade para lançar o repto, se assim o entender, cabendo a responsabilidade a cada uma das instituições visadas de agir, ou não de acordo com o mesmo. Mais acrescentou que nada obsta a que os Vereadores do PS o façam diretamente, não entendendo, porém, em que medida é que a Câmara Municipal fica diminuída por lançar o repto.

Continuando, disse que é da opinião que é importante que Castanheira de Pera não fique debaixo de uma nuvem de suspeição que nos “*diminui a todos*” perante todas as pessoas que contribuíram. Contudo se a Sra. Presidente entender



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

que não deve diligenciar conforme a sugestão dos Vereadores do PS é um direito que lhe assiste.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente deixou claro que não irá “*tomar qualquer posição em relação às outras instituições*”, posição com a qual os Srs. Vereadores do PS perentoriamente discordaram até porque entendem que no âmbito das funções que lhe são atribuídas “*pode muito bem sensibilizar*” todos os intervenientes para virem demonstrar a transparência dos seus procedimentos nessa matéria.

Depois de mais alguma troca de argumentos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu ter reparado que houve um grupo parlamentar que diz ter feito um conjunto de perguntas a todos os Municípios afetados pelos incêndios, e que o único que correspondeu ao solicitado foi Castanheira de Pera, pedindo para que esses elementos lhes fossem remetidos para apreciação, uma vez que não tiveram conhecimento.

Prosseguindo, questionou se a Câmara Municipal já tinha o parecer jurídico para regulamentar o conjunto de apoios aos Bombeiros Voluntários, respondendo a Sra Presidente que ainda estava a aguardar o referido parecer, facto que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes lamentou.

Retomando e na sequência da proposta que a bancada do PS apresentou no que respeita ao orçamento participativo, referiu que este é o “*timing*” certo para se decidir incluir ou não esta discussão em sede do próprio orçamento da Câmara Municipal, ao que a Sra Presidente informou que ainda não havia nenhuma decisão nesse sentido pois esta situação não se decide de um dia para o outro até porque existem várias formas de o fazer.

Ainda na posse da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se já havia algum desenvolvimento sobre a questão dos 70.000,00 € da EDP Renováveis, ao que a Sra Presidente informou que não, facto que o Sr. Vereador também lamentou.

Relativamente às limpezas, o Sr. Vereador Gonçalo sugeriu que quando se iniciam as limpezas numa localidade dever-se-ia ter o cuidado de a terminar primeiro e só depois começar outra.

Registou com agrado o deferimento do processo por parte do Tribunal de Contas relativamente à Fábrica Barros III, uma vez que este processo já se arrasta desde o anterior Executivo, considerando assim não existir oficialmente nenhuma reserva por parte do Tribunal de Contas para que o Município possa fazer, “*se entender*”, alguma coisa daquela infraestrutura, facto que esperava ver o Executivo realizar em tempo útil para reverter a tendência do despovoamento e envelhecimento do território.

De seguida interveio o Sr. Vereador António Antunes para referir que a cópia do procedimento das estradas ainda não lhes tinha sido enviada, conforme solicitado na última reunião, ao que a Sra. Presidente informou que logo que a cópia do documento estivesse extraída lhe seria remetida.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

Na sequência da proposta apresentada pela bancada do PS, no que respeita ao apoio nos manuais escolares, questionou quais foram os procedimentos adotados junto dos encarregados de educação.

Questionou também, o que é que já havia sido feito pelo Executivo relativamente ao problema da ETAR das Anchas e da elevatória do Corga, bem como sobre a questão do esgoto localizado na Gestosa Fundeira, por considerar serem questões de saúde pública.

Por último, formulou questão sobre a data de término da intervenção no que respeita às limpezas a norte do concelho.

Em resposta, o Sr. Vice - Presidente começou por dizer que, relativamente ao apoio no que concerne aos manuais escolares conforme deliberação já tomada por esta Câmara Municipal, o procedimento passa pela apresentação pelos pais da respetiva fatura junto da Secretaria do Agrupamento de Escolas, sendo a mesma posteriormente liquidada pelo Agrupamento após transferência da verba pelo Município para o efeito.

Seguidamente usou da palavra a Sra. Presidente para referir que o atual Executivo pretende tomar medidas tendentes à resolução da questão das ETAR's no Concelho, tendo sido, nessa senda, submetidas 3 candidaturas para o efeito as quais não foram aprovadas devido à submissão tardia, ainda que dentro do prazo, já se encontrando esgotado o respetivo plafond. Mais esclareceu, que não foi possível antecipar a submissão destas candidaturas devido aos inúmeros procedimentos necessários e ao escasso período de tempo que o Executivo dispôs desde a tomada de posse até à data limite para apresentação das candidaturas. Afirmou, ainda, que a Câmara Municipal tem tido uma preocupação diária no sentido de controlar a situação das ETAR's.

De seguida interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás, para reforçar a informação prestada pela Sra. Presidente no que respeita à submissão tardia das candidaturas, acrescentando ainda, que se prevê que estes projetos sejam contemplados no âmbito do processo relativo à agregação.

Reconhece a necessidade de uma grande preocupação com as ETAR's, com maior incidência para as que se encontram localizadas nas Sarzedas, Anchas e Corga e por isso o Executivo assume que tem vindo a fazer o melhor possível.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para questionar o motivo pelo qual não houve água na rede pública da vila aquando da realização das festas do Senhor, informação que o Sr. Vereador Nuno Tomás prestou de imediato dizendo que o depósito tinha vazado e não teve a capacidade de compensar o consumo.

Voltou a intervir a Sra. Presidente para, de imediato, agradecer a presença do Sr. Albano Morgado na reunião e solicitar aos Senhores Vereadores da bancada do PS que colocassem as questões que entendessem e que ficaram por esclarecer na reunião de 25 de maio passado.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

O Sr. Vereador António Antunes, resumidamente, lembrou que na reunião de 25 de maio passado, havia questionado o motivo da intervenção feita no exterior da Praia das Rocas.

O Sr. Albano Morgado começou por entregar algumas fotografias tiradas duas semanas antes da abertura da Praia explicando o problema.

Seguidamente deu conta que depois de alguma ponderação se havia chegado à conclusão que o problema só se resolveria com o desnivelamento do lençol freático e dado que o tempo estava a escassear para que se fizesse uma intervenção mais profunda, a solução possível e mais económica foi, efetivamente, criar ali um orifício artificial que permitisse captar a água numa cota mais baixa e evitar que ela entrasse para a piscina. A razão pela qual foi feita a intervenção no local e não a montante da ponte passou pela dificuldade de adivinhar qual seria o sítio em que provavelmente existia uma fuga de infiltração da água férrea, levando a que se seguisse o alinhamento da entrada da água na Praia.

Deu ainda conhecimento da profundidade do furo, referindo, no entanto, que mesmo assim o problema não ficou totalmente resolvido.

Prosseguindo, aventou que a solução passa, eventualmente, pela execução de um canal alternativo e de segurança ao nível freático para salvaguarda de qualquer infiltração que possa existir.

Mudando de assunto, e aproveitando o facto de estar presente na reunião, referiu que, até 30 de agosto do corrente ano entraram na praia 97.797 pessoas, número que pode atualizar até ao meio dia de hoje, num total de 99.086 pessoas, considerando um número confortável para a média que se tem verificado nos últimos anos, realçando que o mês de agosto foi simplesmente o melhor mês da Praia das Rocas comparativamente aos anos anteriores.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. CARVALHO & GAMA, LDA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento apresentado por Carvalho & Gama, Lda. requerendo a cedência temporária do antigo talho sito na Praça Visconde de Castanheira de Pera, pelo período compreendido entre 21 e 30 de agosto de 2018, para efeitos de armazenamento e apoio logístico do estabelecimento designado por Café Cortiço, por ocasião da realização das Festas em Honra do Senhor 2018.

Presente também o despacho proferido pela Sra. Presidente em 20/08/2018, apreciando e deferindo a pedido formulado.

Considerando a pertinência dos argumentos aduzidos no referido despacho, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do mesmo, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. FÁBRICA DA IGREJA DO COENTRAL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

Presente requerimento da Fábrica da Igreja do Coentral a solicitar a cedência do autocarro do Município para o transporte do Rancho da Lamarosa, Coruche, a fim de o mesmo atuar na Festa do Coentral (Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré), no dia 15 do corrente mês de agosto.

Considerando o manifesto interesse público subjacente à realização das festas em apreço, nomeadamente, no que respeita ao seu contributo para a promoção e preservação das tradições locais, para a divulgação do Concelho e também para a dinamização da sua vertente socioeconómica;

Considerando que compete à Câmara Municipal, na medida do possível, e dentro das suas disponibilidades e competências, apoiar atividades de natureza social, cultural e recreativa de interesse para o Município, situação onde se enquadra o pedido objeto da presente deliberação;

Considerando que a data apontada pela requerente não se coadunava com a da presente reunião, impondo uma tomada de decisão prévia;

Foi proferido despacho de deferimento do pedido, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do mesmo, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. FESTAS DO SENHOR 2018 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento proferido pela Sra. Presidente em 23/08/2018, na sequência do processo relativo à realização das Festas do Senhor 2018, determinando, em aditamento à deliberação tomada sobre esta matéria em reunião ordinária de 10 de agosto de 2018, que os promotores da iniciativa pudessem utilizar as áreas do domínio público e privado da autarquia que se afigurassem necessárias para a concretização do evento, diretamente ou através de terceiros, sempre com expressa coordenação e articulação do Município, isentando a Comissão de Festas do pagamento de quaisquer taxas que lhe estivesse associada. Determinou, ainda, que, por efeito das festas em apreço, a praça de táxis situada no centro da Vila (Praça Visconde de Castanheira de Pera) fosse deslocalizada, provisoriamente, para a Avenida Adrião Reis - estacionamento em frente à CGD.

Considerando a pertinência dos argumentos aduzidos no referido despacho, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do mesmo, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. SANDRA CRISTINA ALMEIDA CARVALHO – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento apresentado por Sandra Cristina Almeida Carvalho, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de uma festa de aniversário com música ambiente na sua residência, no dia 27 de agosto p.p., no horário compreendido entre as 21h.00 daquele dia e as 04h.00 do dia seguinte.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se pela presente que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. ANTÓNIO ANTUNES – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA UTILIZAÇÃO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail remetido por António Antunes, solicitando autorização para o uso de fogo-de-artifício, por ocasião do seu casamento, a realizar na localidade de Pera, no dia 01 de setembro de 2018.

Presente o despacho proferido pela Sra. Presidente em 28/08/2018, determinando o deferimento do pedido formulado, condicionado à observância das restrições e obrigações constantes dos pareceres dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera e do Gabinete de Proteção Civil desta Câmara Municipal, bem como à emissão de licença por parte da GNR e seu subsequente cumprimento. Mais determinou, que o requerente dê também cumprimento a quaisquer orientações proferidas por qualquer entidade competente em razão da matéria, abstendo-se do lançamento de fogo-de-artifício caso este venha a ser proibido e ou condicionado.

Atento aos argumentos ínsitos no referido despacho, propõe-se, pela presente, que nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do mesmo, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Bom Sucesso, representada por Paulo Jorge Martins Vidal, a solicitar a emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Nossa Senhora do Bom Sucesso - no recinto de festas da Capela - Moita, de 14 a 16 de setembro de 2018, e a emissão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 04h.00.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

Requer, ainda, a isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supra mencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. EMPATHY VOICES, LDA – PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

Presente e-mail remetido pela empresa Empathy Voices, Lda., a solicitar autorização para ocupação de espaço na via pública com vista à colocação de uma unidade móvel de rastreio auditivo gratuito, na Praça Visconde de Castanheira de Pera, no próximo dia 07 de setembro, das 09h00 às 20h00.

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a população concelhia, nomeadamente no que respeita à saúde auditiva, a que acresce o facto de ser gratuita e, por isso, acessível a todos os interessados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o pedido de ocupação da via pública em apreço, nos termos do disposto no artigo 21.º do Anexo I do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 29 de agosto de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.769.799,28 € (dois milhões setecentos e sessenta e nove mil e setecentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.724.511,13 € (dois milhões setecentos e vinte e quatro mil quinhentos e onze euros e treze cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 45.288,15 € (quarenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito euros e quinze cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.779.942,58 € (dois milhões setecentos e setenta e nove mil novecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

12. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 09/08/2018 e 29/08/2018, registados sob os números 869 a 980, no valor total de 237.900,19 € (duzentos e trinta e sete mil e novecentos euros e dezanove cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

13. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 23/08/2018, autorizando a 12.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 23/08/2018, autorizando a 12.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 20.500,00 € (vinte mil e quinhentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. CONSUMIDOR COM O CÓDIGO CLIENTE N.º 10196 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR FATURADO EM EXCESSO

Presente requerimento apresentado por José Luís Agostinho Joaquim, consumidor de água com o código de cliente n.º 10196, solicitando a restituição do valor cobrado indevidamente na fatura de julho de 2018 (fatura n.º 17124/2018), respeitante a 27 m³ de água cobrados e não consumidos, por erro de leitura.

Presente informação da Secção de Processamentos e Gestão Contabilística das Águas, atestando a situação descrita pelo requerente.

Na medida em que se encontram comprovados os factos alegados no pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere que se proceda à anulação do valor já faturado e cobrado referente a 27 m³ de água, incluindo tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos, no valor total de 40,89 € (quarenta euros e oitenta e nove) e subsequente restituição do mesmo ao requerente.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. OBRA PARTICULAR

Presente o requerimento n.º 3344/2018, de 9 de agosto de 2018, apresentado por Paula Teresa da Ponte Ferreira Barbosa, na sequência da notificação da aprovação do projeto de declaração de caducidade do Proc.º 4399/2012, no qual solicita a emissão de licença especial para acabamento de moradia, sita no Pisão do Baeta, União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE.

Presente o Parecer n.º 41/SPOPU/2018, datado de 27 de agosto de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes do aludido parecer, a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE, aprovar a emissão de uma licença especial, pelo período de 3 meses.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. PEDIDOS DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEIS

Presente o requerimento n.º 2245/2018, de 25 de maio de 2018, apresentado por Aurélio Henriques Lopes, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com o artigo matricial n.º 2560 (Habitação), sita no Cabouco, Carregal Cimeiro, União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontra em estado de ruínas.

Presente o Auto de Vistoria n.º 12/SPOPU/2018, datado de 27 de agosto de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes do aludido auto de vistoria, a Câmara Municipal delibere, a confirmação do estado de ruína do prédio/edificação com o artigo matricial n.º 2560, considerando, que o mesmo não reúne condições para ser utilizado como habitação, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. PEDIDOS DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEIS

Presente o requerimento n.º 3177/2018, de 30 de julho de 2018, apresentado por Ermelinda Maria Martins Alves Tomás, solicitando a emissão de declaração atestando que os prédios/edificações, com o artigo matricial n.º 3000 (Arrecadação e Arrumos) e o artigo matricial n.º 1885 (Habitação), sitos no Souto Fundeiro, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontram em estado de ruínas.

Presentes os Autos de Vistoria n.º 10/SPOPU/2018 e 11/SPOPU/2018, datados de 20 de agosto de 2018, que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes dos aludidos Autos de Vistoria, a Câmara Municipal delibere confirmar o estado de ruína dos prédios/edificações com os artigos matriciais n.º 3000 e 1885, considerando, que os mesmos não reúnem condições para serem utilizados como arrecadação/arrumos e habitação, respetivamente, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. PROPRIEDADE HORIZONTAL DA VILLA PRAIA - ALTERAÇÃO

Presente o processo referente à alteração da propriedade horizontal e da autorização de utilização da Villa Praia, propriedade do Município de Castanheira de Pera, cuja cópia se anexa, fazendo da presente deliberação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

Presente o Auto de Vistoria n.º 03/SPOPU/2018, datado de 28 de agosto de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo igualmente parte integrante da presente deliberação.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Auto de Vistoria, a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração da propriedade horizontal e da autorização de utilização da Villa Praia.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO SUBTERRÂNEA DA VIA PÚBLICA

Presente requerimento apresentado por Carlos dos Santos Perdigoto, solicitando licença de ocupação da via pública para a realização de trabalhos no subsolo do domínio municipal, com vista a instalar canalização para saneamento coletivo e respetiva ligação a fossa particular, na localidade de Camelo.

Mais solicita, que seja disponibilizada para o local uma equipa técnica do Município para resolver eventual corte no sistema de abastecimento de água, cuja canalização está instalada na zona a intervencionar, e que seja reposta a calçada na via pública alvo da intervenção.

Presente Informação emitida pelos serviços municipais em 29/08/2018, apreciando o pedido e pronunciando-se em sentido favorável ao deferimento da pretensão do requerente.

Considerando as condições orográficas do local que acarretam grandes constrangimentos no encontro de soluções técnicas céleres, eficazes, eficientes e adequadas para a rede de saneamento;

Considerando que o imóvel propriedade do requerente não dispõe de condições para a adoção da solução usual em terrenos acidentados, que passa muitas vezes pela construção de fossas individuais;

Considerando que outros proprietários locais também se encontram nas mesmas condições e que, por esse facto, se reuniram para adotarem uma solução conjunta, que satisfaz os fins pretendidos, sendo uma mais-valia no que respeita à proteção da saúde pública e do meio ambiente, bem como à preservação de recursos naturais;

Considerando que o Município se encontra envolvido num processo de criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos que, a efetivar-se, poderá proporcionar, a médio e longo prazo, uma solução para a localidade em causa;

Considerando que, a concretizar-se a situação referida no ponto imediatamente anterior, o requerente e demais associados manifestaram disponibilidade para integrar a infraestrutura que ora pretendem edificar na rede de pública de saneamento, sem obstáculos e sem necessidade de qualquer contrapartida por parte do Município;

Considerando os mesmos assumem toda a responsabilidade pela edificação e gestão da infraestrutura em apreço;

Considerando, ainda, que a intervenção a efetuar é de manifesta relevância para o fomento da reabilitação e revitalização da aldeia do Camelo, nomeadamente



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

em termos de captação e fixação de pessoas e de dinamização do turismo local, com todas as vantagens que daí podem advir para o próprio Concelho;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento à pretensão do requerente, nos termos da informação dos serviços municipais supra indicada, isentando-o também do pagamento das taxas municipais devidas para o efeito.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

21. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Presente a D. Fátima Henriques, que usou da palavra para referir que se encontra ali para apontar algumas carências existentes na aldeia de Sarzedas do Vasco, mais concretamente, na estrada da “Melgachinha”. Nessa senda indicou a inexistência de placas de sinalização que referenciem o lugar de Sarzedas do Vasco na EN 236, bem como a situação da placa que nunca mais foi colocada também na “Melgachinha”.

Chamou também à atenção sobre a ausência de limpeza na transversal da aldeia que começa ao fundo da propriedade da D. Natália Almeida até à eira.

Alertou para a importância na gestão de combustíveis à volta das aldeias, tendo em conta o crescimento rápido da vegetação, bem como as medidas que devem ser tidas em consideração e que são necessárias para evitar os incêndios.

Questionou qual a política pensada por parte da Câmara Municipal sobre a questão dos transportes públicos, uma vez que considera um problema muito grande para as pessoas que não têm forma de se deslocar.

Pediu também para que houvesse um maior cuidado na recolha de lixo que são colocados fora dos contentores.

Pegando na intervenção da D. Fátima Henriques, a Sra. Presidente esclareceu que o que é chamado de lixo grosso tem dias próprios para serem recolhidos ainda que as pessoas devam ter o cuidado de atempadamente informar o Município da intenção do depósito dos mesmos. Para evitar esta situação, solicitou aos serviços para que fosse afixado nas aldeias informação das datas de recolha, embora considere que esta situação é uma questão de princípio e que passa pela sensibilidade de todos.

Relativamente à estrada que vai para a “Melgachinha”, a Sra. Presidente informou que a Câmara Municipal estava impedida de mandar para lá uma máquina, porque existe o problema de se saber onde é o limite do concelho. Deixou claro que a estrada só pode ser arranjada quando efetivamente o procedimento de candidatura estiver em fase já de execução.

Informou que a questão da sinalização não estava esquecida, encontrando-se o Executivo a aguardar orçamentos para esse fim.

Sobre as limpezas das estradas, disse, uma vez mais, que essa questão sempre foi preocupação do Executivo desde que tomou posse, e neste sentido, foram tomadas algumas medidas, nomeadamente o aumento de horário em duas



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2018

Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2018

horas aos funcionários para realizar esse trabalho, pretendendo-se também reforçar as equipas.

Quanto ao transporte nas aldeias referiu que é também uma prioridade do Executivo, e que tem em curso algumas análises em termos de terceira idade e juventude que a seu tempo irá apresentar.

Deu conta que está em ultimização um projeto designado por “Unidade de Saúde Móvel”, no âmbito de um protocolo a estabelecer com a Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Saúde com vista a uma maior proximidade com as pessoas que não têm forma de se deslocar, garantindo que irão aparecer mais iniciativas direcionadas aos jovens e à terceira idade.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para agradecer a presença do público, e para registar com agrado que a Sra. Presidente tem diligenciado para encontrar uma solução para a resolução da estrada que vá de encontro à vontade dos Municípes.

Deu conta que a bancada do PS se encontra a preparar uma proposta numa medida a que chamam de “Comunidades Resilientes” e que passa por tentar dotar todas as aldeias do concelho de equipamentos de proteção individual e coletiva.

Interrompendo, a Sra. Presidente informou que relativamente às medidas de proteção existem 5 aldeias indicadas como seguras, e que o projeto que o PS quer apresentar vai colidir com o referido. Mais disse que tendo em conta o risco de incêndio existente a norte do concelho, encontram-se a ser feitas as faixas de contenção. Em termos de medidas de auto – proteção e de medidas que as populações possam tomar em caso de situações de catástrofes, vai ser distribuído um kit para o efeito.

Informou ainda que existe uma empresa sediada em Coimbra que se encontra a criar um sistema de alerta que funciona por SMS, chamada de voz para os telefones fixos e para um local dotado de altifalante, através de ondas e não de linhas telefónicas, estando o Município a avaliar essa hipótese.

Para além destas medidas informou que existem na zona não ardida equipas de vigias compostas por dois elementos ligados ao Município, bem como elementos da GNR, ICNF, Baldios do Coentral e viaturas dos bombeiros.

ENCERRAMENTO

22. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Sandra Cristina Alves Quintas, assistente técnica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____